

exame criminológico, e na apreciação da causa, também sobre o aspecto material, o conteúdo e o mérito do exame realizado.

— VI —

Pressupõe-se, evidentemente, diante do proposto, que sejam atendidas condições fundamentais:

1a. — existência do aparelhamento técnico indispensável, problema este de política, de governo e de administração, que devem receber, da parte dos estudiosos, constantes esclarecimentos sobre as necessidades da justiça penal.

2a. — preparação e formação dos juizes criminais, que além da vocação para a função judicante e o saber jurídico especializado, devem ter conhecimentos gerais de toda a matéria penal.

— VII —

Como conclusão, pode-se afirmar que o exame criminológico não pode ser desprezado diante da tendência do direito penal moderno em sobrepor, ao velho problema da classificação dos crimes, o novo problema da classificação dos criminosos, e ao velho problema da pena retributiva, o novo problema da classificação das penas e das medidas de segurança, colocando, deste modo, no centro dos interesses penais, a consideração da personalidade humana.

INDÚSTRIA E TRÓPICO (*)

MARCO AURÉLIO DE ALCÂNTARA

A direção deste Seminário propôs-me um tema que me limita a comentários muito específicos sobre o processo de industrialização em regiões tropicais. Dentro desse escopo, quis certamente conhecer, para oportuno debate a experiência, já recolhida, em dois anos de atuação, pela FUNDINOR uma agência privada criada pela Indústria do Nordeste do Brasil — uma região tropical — para atrair capitais e assistência técnica do Centro-Sul e do exterior e orientá-los na aplicação em novas indústrias.

A perspectiva em que me procuro situar é a de um observador-participante de processo de industrialização em região tecnologicamente subdesenvolvida. E a industrialização é visualizada, aqui, como fator dinâmico do crescimento econômico. Sob esse ângulo de análise, o que me preocupa é menos o ambiente físico em que se desenvolveria o processo de crescimento industrial e mais — muito mais — a existência de fatores que pudessem contribuir para a instalação de capitais privados e a sua eficiência em termos de rentabilidade.

Pois, tecnologicamente subdesenvolvida são também regiões de clima temperado e frio na América Latina, Ásia e África e não apenas as regiões tropicais. É certo que os Trópicos, para onde foi transplantada a tecnologia industrial nascida no Ocidente, situaram-se, até meados do século XIX, como áreas essencialmente produtoras de matérias-primas agrícolas, que, em bruto, eram exportadas para a Europa e os Estados Unidos e aí

(*) Palestra proferida na sessão do dia 27 de novembro de 1967, do Seminário de Tropicologia, da Universidade Federal de Pernambuco.

beneficiadas e utilizadas pela indústria. Mas tarde, algumas indústrias nacionais dos países tropicais e estrangeiros ali estabelecidas iniciaram as operações de beneficiamento de matérias-primas, realizando a preparação dos produtos para manufaturas mais sofisticadas nos países já industrialmente avançados. As operações locais de beneficiamento geralmente se ocuparam de tarefas que requeriam o largo emprêgo de mão-de-obra, tais como o descaroçamento de algodão, a preparação das fibras de sisal, o despulpamento de babaçu e a extração da cêra de carnaúba, o beneficiamento da castanha de caju para exportação da amêndoa, o *crushing* da mamona para extração de óleo, etc.

Hoje em dia, com o progressivo crescimento dos mercados internos nos países tropicais, os produtos são beneficiados, industrialmente, para consumo nacional, embora continui a exportação para mercados externos. Em alguns casos — a receita cambial desses países, como o Brasil, depende principalmente da exportação de um, dois ou três produtos tropicais. Em nosso caso, o café continua o principal produto de exportação, seguido do algodão.

Essa dependência cria problemas muito sérios para os países em desenvolvimento situados em sua quase total extensão geográfica nos espaços tropicais. A remessa de divisas, que proporciona o capital necessário para a aquisição de máquinas, equipamentos e processos e patentes industriais, nos países tecnologicamente avançados, flutua ao sabor das conveniências dos compradores, da formação dos estoques estratégicos, portanto, da maior ou menor elasticidade da demanda em determinados períodos. Isso ocorre não somente para os produtos agrícolas como também para os produtos minerais. O caso do Chile, por exemplo, é típico, nesta última categoria.

Comenta-se às vezes, observa um estudioso dos processos de econômicas exógenas, Frederic Benham, que as flutuações (notadamente as provenientes de altas e depressões) nas atividades econômicas dos países industriais condicionam os ganhos com as exportações dos países subdesenvolvidos. Por exemplo, o Prof. Ragnar Nurkse, citando dados referentes ao período en-

tre 1901 e 1950, acima mencionados, “e notando que as flutuações (que eram um tanto mais elevadas do que as flutuações nos preços) mais frequentemente caminhavam do que deixavam de fazê-lo na mesma direção que os preços — os maiores volumes acompanhando os preços mais elevados e vice-versa — declarou que estas cifras fornecem provas conclusivas — se provas fôssem necessárias — de que as flutuações nas exportações dos principais países produtores têm origem nos centros industriais do mundo. Mais especificamente, parecem originar-se das trocas gerais de investimentos para capital fixo”.

Não resta dúvida que os países industriais podem exercer influência dominante por meio de mudanças na procura de importações, nos preços mundiais e nos lucros com as exportações de grande parte dos produtos primários.

Prosseguindo em sua análise, diz Benham: “Quando o preço mundial de um produto primário desce, seja devido ao aumento das ofertas ou à diminuição da procura, um país que forneça a grande porcentagem das exportações totais poderá controlar a queda dos preços, pelo menos por algum tempo, pela redução das suas próprias exportações. Foi isto que o Brasil fez com relação ao café em 1930; reduziu, assim, as suas exportações, e acumulou grandes estoques (parte dos quais foi destruída). É, entretanto, dispendioso para um país sozinho carregar o peso da restrição das exportações. A possível consequência disso é possibilitar a outros países manter ou expandir suas exportações: o Brasil, que fornecia cerca de 60% das exportações mundiais de café, fornece agora somente cerca de 45%.”

“Um país que fornece somente pequena porcentagem das exportações totais é, por conseguinte, incapaz de afetar os preços mundiais, por meio de ação independente.”

“Indubitavelmente, o que é necessário, se se deseja evitar que os preços mundiais tomem o seu curso, é a ação combinada de todos os países exportadores.”

“Se todos os países exportadores, ou pelo menos todos os principais países, concordam em cooperar, poderão fazer muito

mais do que evitar a queda dos preços. Poderão reduzir a amplitude das flutuações, tanto para cima como para baixo, pela determinação do volume total das exportações, para mudanças de procura pelos países importadores. Além disso, poderão, provavelmente, tornar maiores os seus ganhos com as exportações do que o conseguiriam de outra forma.”

“Parece claro que os países importadores não permitiriam monopólio dos produtores para maximizar os ganhos na exportação a sua custa, embora tal significasse uma transferência da riqueza dos mais ricos (consumidores) para os mais pobres (produtores). A atitude dos Estados Unidos tornou-se em 1951, quando êste país queixou-se do preço de embuste” (embora os preços mais elevados fossem resultado do aumento da procura) e interrompeu, por um tempo, as suas compras de estanho e outra vez, em 1954, quando manteve uma investigação pormenorizada sobre as razões da alta nos preços do café.”

“É sem dúvida, aconselhável controlar as grandes flutuações, primeiro as flutuações ascendentes e depois as descendentes, ou vice-versa, nos preços das mercadorias. Entretanto, poucas vezes é aconselhável manter completamente estável o preço de uma mercadoria. As mudanças de preços desempenham papel chave numa economia livre, dão tanto ao produtor como ao consumidor possibilidades de tirar o melhor partido dos seus recursos. Por exemplo, se a procura de uma mercadoria está aumentando, o aumento de preço anima o produtor a incrementar sua produção e a procurar novas fontes de suprimento. Se os custos da produção estão caindo (por exemplo, devido à maior produção da cultura), os preços em baixa virão beneficiar os consumidores e aumentar o consumo. Se há inflação geral, não há razão por que os produtos primários devam ser excluídos da alta geral dos preços. Um acôrdo internacional de mercadorias é aconselhável somente quando aquêles que as controlam fazem diagnósticos corretos da situação e podem distinguir entre as flutuações de curto prazo e as com tendências a longo prazo; se fizerem julgamento errado, estarão retardando os ajustes necessários, tornando-os mais sérios, quando forem efetuados.”

“As principais medidas por meio das quais as ofertas po-

dem ser ajustadas às mudanças na procura são as variações no volume das exportações e compras ou vendas do estoque reserva.”

“É difícil fazer com que todos os países exportadores adiram a um acôrdo internacional, que (como nos acôrdos do açúcar e do estanho) dê a cada um dêles uma quota de exportação e que exija que aumentem ou reduzam suas exportações de uma determinada porcentagem, por determinação do Conselho. Alguns podem julgar que devem ter uma porção maior das exportações mundiais do que outros estejam dispostos a lhes conceder. Se, porém, alguns países permanecem fora do acôrdo e estão, portanto, livres de expandir suas exportações enquanto os países-membros restringem as suas, o esquema tende ao colapso.”

Se há um estoque de reserva (como existe para o estanho), êste poderá ser de preço elevado. A maioria das mercadorias (ao contrário do estanho) necessita de muito espaço para a armazenagem e estão sujeitas a deteriorização e prejuízos enquanto armazenadas. Os custos de um estoque de reserva, incluindo os juros sobre o capital nêle empregado, poderá elevar-se a 10% ou mais de seu valor, anualmente.

Aparece, então, o problema dos “diferenciais”. A maioria dos produtos primários está longe de ser homogênea. Ao contrário do açúcar e do estanho, êles apresentam diferentes variedades e qualidades cujos preços variam consideravelmente, com o passar do tempo (em relação uns com os outros). Os países exportadores poderão não estar de acôrdo em aceitar os regulamentos de um grupo internacional (sobretudo na ocorrência de contrato multilateral, como por exemplo, aquêles do triângulo) sobre preços “razoáveis” máximos ou mínimos, para as suas variedades ou qualidades especiais.

Êstes são grandes obstáculos, o que é demonstrado pelo fato de no presente só existirem quatro acordos internacionais de mercadorias — para o trigo, para o açúcar, para o café e para o estanho. E cada um dêles levou muitos anos para ser negociado.”

Depois da Segunda Guerra, a situação mudou gradativamente, porque os países tropicais passaram a um esquema de auto-industrialização, na base do modelo de substituição de importações. Esse modelo, prevalecente no Brasil, onde o confisco cambial se mantém para numerosos produtos — o preço de um automóvel aqui é três vezes o do similar europeu — criou um mercado interno, que, embora sujeito a pressões inflacionárias, vem absorvendo também os produtos primários.

Naturalmente, esse mercado ainda é muito reduzido e não conseguiu desviar o fluxo das exportações de primários que predominam na pauta brasileira de comércio exterior. Entretanto, usos locais foram criados para grande parte dos produtos: o mercado nacional de café solúvel ou instantâneo, por exemplo; o mercado nacional de sucos tropicais; o mercado nacional de doces industrializados; o mercado nacional de tecidos de algodão; o mercado nacional para sacos de juta; o mercado nacional para detergentes, sabões, óleos vegetais, margarina, cêra, combustíveis de aviação; o mercado nacional de couros e calçados, e tantos outros.

Os governos dos países principalmente exportadores de primários têm procurado, no seio do GATT — o Acôrdo Geral sobre Comércio e Tarifas — dos organismos das Nações Unidas, nos recentes “Kennedy Rounds” e através de canais diplomáticos, conseguir mecanismos compensadores das flutuações de suas receitas de exportação. O próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o caso da América Latina, pensou, recentemente, na criação de um Fundo de Compensação derivado de percentual sobre a receita decorrente das importações, que serviria para compensar eventuais perdas. Mecanismos conhecidos são o Acôrdo Internacional do Café e o Acôrdo Internacional do Açúcar. Agora mesmo, o Brasil desenvolve negociações para um novo Acôrdo do Café à base de cotas fixas nos países importadores.

A ameaça aos produtores tropicais não se encontra apenas nas flutuações do mercado comprador, mas também na produção desordenada e na concorrência desenfreada que se estabelece para conquistar mercados, aumentando o poder de barganha

dos compradores e impedindo qualquer tentativa séria de controle da produção. Veja-se o caso do café. O Brasil propugnou, no último Acôrdo de Londres, para a limitação das áreas produtoras, sendo o seu ponto de vista vitorioso. Os países produtores da África e América Latina assinaram o compromisso de limitar a sua produção. O Brasil pôs em prática o esquema elaborado pelo GERCA — Grupo de Erradicação do Café — e modificou, sensivelmente, a paisagem agrícola do Paraná e São Paulo, substituindo cafezais improdutivos por novos tipos de cultivo agrícola, geralmente cereais. O que se viu, entretanto, nos mercados internacionais? A rápida introdução de cafés africanos a preços vis, para deslocar o produto similar do Brasil, inclusive sob a influência de alguns importadores.

O café solúvel ou instantâneo (Instant coffee) exportado principalmente por duas fábricas do Brasil — a “Cacique” e a “Dominium” — está agora ameaçado pelas terríveis pressões políticas que o *General Foods*, produtora de *instant coffee*, vem exercendo junto ao Departamento de Estado e ao Congresso norteamericanos para discriminar, tarifariamente, o café brasileiro. (*)

O Ministro Macedo Soares, recentemente, deu um “recuo” na posição brasileira sustentada em Londres, em outubro, admitindo o Acôrdo Internacional do Café como forum apropriado para a discussão sobre a penetração do solúvel brasileiro. É que o solúvel nacional, produzido a custos baixíssimos graças a proteção fiscal, está fazendo verdadeira “razzia” no mercado norteamericano, concorrendo em preço e qualidade com o similar produzido pela *General Foods* à base do próprio café em grão importado do Brasil.

Tome-se o caso do sisal. Utilizado principalmente para amarrar fardos de feno destinado à alimentação de gado, o sisal produzido nos países tropicais — e largamente no Nordeste do Brasil — foi abalado, até recentemente, pela fibra sintética

(*) O “endurecimento” das negociações entre o Brasil e os EE.UU. para a solução da questão do solúvel levará a denúncia do Acôrdo Internacional do Café.

produzido no grande complexo industrial britânico da *Imperial Chemical Industries* — a ICI. À maior ou menor resistência da criador europeu ou norteamericano em adquirir cordões de sisal, caem ou sobem os preços.

Mas, não vamos temer o sintético.

Observa-se que, à medida que crescem os níveis de renda, se volta a uma procura das fibras naturais, desprezando-se o sintético, que passa à categoria de consumo dos grupos de mais baixa renda. É o que ocorre com o algodão nos Estados Unidos.

Hoje, há uma fome de algodão no mundo, apesar da penetração que os tecidos sintéticos fizeram e continuam fazendo, agora nos países de mais baixa renda, como é o caso do Brasil.

Nas *upper classes* norteamericanas, as camisas *one hundred percent cotton* começam a ser produzidas pela Van Heusen e a Arrow, em escala bem maior. As camisas de puro nylon foram relegadas ao consumo de negros, puertorriquenhos pobres e turistas latinoamericanos aos EE.UU. Na Rússia e nos países do Leste Europeu o *nylon* e os tecidos sintéticos começam a ser consumidos na euforia que se inicia com a liberalização do consumo individual.

O I Simpósio Regional do Algodão, que vamos realizar nos dias 18, 19 e 20 de dezembro, no Recife, é mais um pioneirismo da indústria regional interessada em alertar agricultores, industriais têxteis e exportadores para as que se podem obter no mercado internacional, atualmente. Há quem veja como vantagens resultadas do I Simpósio do Algodão a possibilidade de constituir-se no Recife, aproveitando as facilidades portuárias, um vasto entreposto para estocagem de algodão destinado a interferir poderosa e gostosamente nos mercados internacionais e fazer cair preços ou aumentá-los. Êsse mecanismo de ataque seria muito mais apropriado aos interesses nacionais do Brasil que qualquer mecanismo de defesa ou de compensação através de Acôrdo ou Ajuste Internacional, onde os convênios sugerem medidas teóricas que a prática comercial desmoraliza.

A fase de desenvolvimento que o Brasil atravessa — fase de arranco, conforme viu Rostow, aqui no Nordeste, em 1966 — ainda é para consumo de tecidos mais barato. Estamos ainda, por mais 1 decênio talvez, na faixa de consumo dos “senta, levanta”, o que não nos impede, entretanto, de produzir as fibras naturais para acompanhar o crescimento do consumo nacional nas faixas de renda alta e também agredir e condicionar os mercados consumidores externos.

Para alguns produtos, entretanto, o Brasil — e dentro do seu espaço físico a região Nordeste — tem sido exageradamente tímido na conquista e agressão de mercados internacionais. Em alguns casos, pelo volume relativamente menor da operação, os riscos de flutuações são mínimos. O caso do abacaxi, por exemplo, que o Brasil troca com a Argentina por frutas de clima temperado. Não se compreende o abandono em que o Brasil deixa os mercados europeu e australiano, livres à penetração de ananás africano de inferior qualidade.

Embora a industrialização seja o fator dinâmico do crescimento econômico — não conheço nenhum país que se tenha desenvolvido, rapidamente, com a agricultura — ela não deve constituir a panacéia para todos os males do subdesenvolvimento. Hawaii, por exemplo, graças ao capital e à técnica norteamericanos, tem a sua receita de Estado baseada exclusivamente na produção do açúcar, no abacaxi e na castanha *Macadmia*, que é consumida nos bares, “cocktails” e festas, em todo o território americano.

A *Macadamia nut* é a maior concorrente da castanha de caju, que a Índia exporta para os mercados europeu e norteamericano, ao ponto de criar, para defesa de sua receita cambial, um Centro de Promoção do Caju em Londres.

Senão fôsse o esforço da Maguary e da Brasil Oiticica e da Cajubrás, ao lado de outros produtores menores no Ceará, o Brasil já teria perdido os seus mercados externos para a castanha, o óleo e os sucos de caju, não só para a Índia, como também para os domínios portugueses de Angola e Moçambique.

Os sucos de frutas tropicais são outro campo quase inex-

plorado pelo Brasil para a exportação e aumento de sua receita cambial. Aqui se salienta, também, o esforço da Maguary, uma indústria nordestina. Contudo a variedade de nossas frutas — cajá, graviola, mangaba, manga, maracajá, pitanga (que o Diretor deste Seminário, escritor Gilberto Freyre, pioneiramente, aproveitou para um tipo de brandy doce e ácido, a *cachaça de pitanga de Apipucos*) — ainda não provocou a desejada cobiça dos investidores privados do Centro-Sul que procuram o Nordeste para aplicação dos seus capitais, graças aos incentivos da SUDENE. Esse aspecto abordaremos mais adiante.

Em termos muito práticos o mercado norteamericano, onde se concentra o maior poder aquisitivo individual de todo o Mundo, é o que nos interessa para a exportação dos sucos de frutas tropicais. O americano médio já está cansado do "orange juice" no pequeno almôço. Sente a falta de sucos esquisitos para a abertura diária do seu paladar. Eis o campo para as frutas tropicais, de sabor e aroma incomparáveis. Eis um campo para novos investimentos privados no Nordeste do Brasil, que estamos procurando "vender" promocionalmente nos mercados de capitais do Sul e do exterior, através do Serviço de Expansão e Propaganda Comercial do Brasil.

Além do campo da industrialização de produtos alimentícios nas regiões tropicais, outro setor ainda inexplorado em todas as suas possibilidades é a indústria farmacêutica à base de plantas medicinais exclusivamente nativas dos Trópicos úmidos.

Recentemente, uma missão de estudos de Universidade norteamericana percorreu o Rio Negro, analisando a composição química de suas águas. E constatou que o Rio Negro é uma vasta emulsão da seiva de plantas cujas propriedades começam a ser agora analisadas, sabendo-se que uma delas é a de repelentes e insetos, moscas, mosquitos, principalmente o *Culex* que infesta muitas áreas de regiões tropicais. Com efeito, observaram os cientistas durante semanas de observação a bordo que os insetos não se aproximavam das margens de trechos consideráveis do Rio Negro onde a emulsão derivada das raízes de plantas parecia mais concentrada.

Recentemente, em Lima, o cientista peruano Victor Pinedo del Aguilar, da Universidade de San Marcos, após anos de pesquisas no Departamento Amazônico do Peru fez uma comunicação sobre as plantas amazônicas dotadas de propriedades medicinais, eufóricas, tranquilizantes, virilizantes, alucinantes, hipnóticas, fertilizantes, anticoncepcionais, paralizantes e até resinas geradoras da loucura artificial.

O médico chegou a comprovar, por exemplo, que os índios que formam a nação "Campa", localizada nas margens do Rio Ucayali, praticam há séculos a eutanásia.

Para isso usam o sumo do cipó "mus-nici". Duas gotas são suficientes para provocar a morte das crianças que nascem deformadas.

Percorrendo os 900.000 quilômetros quadrados que formam a Amazônia, cientistas brasileiros e alemães, principalmente, conseguiram nos últimos 40 anos identificar cerca de 50 mil espécies de plantas medicinais, segundo cifras fornecidas pelo dr. Pinedo.

A este grande esforço também se uniram equipes especiais de cientistas norte-americanos, que alentam a esperança de encontrar alguma planta que, finalmente, lhes permita eventualmente preparar um composto capaz de curar o câncer em qualquer de suas manifestações e etapas de desenvolvimento.

Para o dr. Pinedo, que é autor de recente trabalho intitulado "Avaliação Econômica dos Recursos Florestais da Amazônia Peruana", as variedades de plantas ali encontradas "ainda constituem um gênero de riqueza intocado".

Entre as 4.000 plantas que foram selecionadas no processo de busca de um remédio eficaz contra o câncer, estão a "retama", arbusto cujas flores servem para deter metrorragias, e a árvore chamada "sangue da drago", que corta as diarreias hemorrágicas.

Apesar dos esforços realizados pelo governo e pelas missões religiosas para atrair a população indígena amazônica se-

mi-selvagem para os benefícios da moderna medicina, os aborígenes diz Pinedo, “conservam intactas muitas das tradições e formas definidas da arte de curar enfermidades por meio de plantas medicinais”.

Salienta que “os selvagens conhecem os efeitos da maioria das drogas de propriedades curativas, empregando-as, segundo os casos, de acôrdo com seus ritos taumatúrgicos”.

No povoado de Omáguas, sôbre o rio Amazonas, são personagens centrais desta arte o “pagé-mãe” (médico) e o “ika-mãe” (psicólogo), “os quais se negam a revelar seus segredos aos emissários da civilização”.

Prosseguindo em suas revelações, diz Pinedo que no vale do rio Cahuapanas é comum o emprêgo de uma diminuta plantat conhecida como “sicpiripiri”, que serve como anticoncepcional. Seus efeitos não são maléficos, e, ao deixar de consumí-la, a mulher fica novamente em condições de procriar.

Para curar a esterilidade, os índios “panos” usam uma pequena batata denominada “ino-piripiri”. As cólicas menstruais por sua vez, são aliviados com uma infusão da “abuta” (*choudodendron tomentosum*).

Existem também vegetais para combater a impotência sexual e propiciar o rejuvenescimento. Entre êles está o arbus-to “muirapuama” (*acanthus virilis*), que contém uma alcalóide semelhante à mundialmente conhecida Iohimbina. Esta é processada e vendida em pílulas por laboratórios do Brasil, França e Alemanha Ocidental, disse o dr. Pinedo.

Um dos alucinógenos que os selvícolas mais apreciam é o “ayahuasca” (*caapa paraensis*). Dizem que desenvolve o poder da telepatia a grandes distâncias e produz letargia, sonhos e alucinações sem perda da consciência.”

Diante dessas perpectivas que se abrem à indústria farmacêutica, vejo como uma forma de histerismo coletivo a campanha de fechamento da Amazônia à pesquisa e experimentação científica em escala maciça, com equipes associadas de cientis-

tas brasileiros e estrangeiros. Não poderemos ter a pretensão de conservar de porteira fechada à pesquisa científica séria aos capitais privados internacionais o vasto espaço amazônico, cuja tarefa de desenvolvimento será certamente muito maior e grandiosa para o Brasil do que o desenvolvimento atualmente em processo no Nordeste brasileiro. Essa tarefa está acima da capacidade real de investimento do Brasil, hoje em dia, e terá de ser conduzida, sem prejuízo da soberania nacional, segundo fórmulas pragmáticas.

Voltemos ao caso específico do desenvolvimento industrial do Nordeste brasileiro. O modelo que está sendo realizado é o de substituição de importações do Centro-Sul e do Exterior e, nêsse sentido, os investimentos privados se canalizam para a produção de manufaturas, antes adquiridos no Sul do país.

Até outubro a SUDENE havia aprovado apenas 48 projetos agropecuários alistando recursos dos artigos 34/18, isto é, as deduções do impôsto de renda depositadas no Banco do Nordeste do Brasil aplicáveis em investimentos próprios, reinvestimento ou investimentos de terceiros nesta região. Êsses projetos totalizavam cêrca de 70 milhões de cruzeiros novos. Em contrapartida, a SUDENE havia aprovado 324 projetos industriais totalizando investimentos da ordem de um bilhão e 225 milhões de cruzeiros novos.

Sòmente êste ano, a SUDENE aprovou até 18 de outubro 124 projetos industriais, com incentivos dos artigos 34/18, criando 19.060 emprêgos diretos, distribuídos por uma grande variedade de classes de indústrias, o que demonstra a diversificação que está atingindo o parque manufatureiro regional.

Essa perspectiva é muito animadora, pois contribui para aliviar as pressões urbanas nos três grandes polos de crescimento industrial da região — Fortaleza, Recife e Salvador — e distribuir melhor a riqueza, antes concentrada na mão dos produtores de açúcar e tecidos da região. Pouco a pouco, açúcar e tecidos serão dois dos setores industriais importantes, mas não exclusivos, na economia regional.

Para essa dinâmica do crescimento regional, muito tem

contribuído o esquema de incentivos da SUDENE, que o Prof. Albert Hirschmann considerou recentemente único em todo o mundo subdesenvolvido. Trata-se do mais poderoso mecanismo pôsto à disposição da iniciativa privada criadora para a captação de recursos financeiros originários de isenções fiscais.

O que os empresários privados têm procurado, quando examinam o Nordeste como área para seus prováveis investimentos, é se o negócio que pretendem será vantajoso. E para que haja vantagem é preciso que existam condições favoráveis: primeiro, mercado para o que se pretende produzir; depois, custos de produção mais baixos representados não somente pelas economias externas pre-existentes — transportes, comunicações, estradas, energia elétrica, indústrias auxiliares ou de suporte, — como também pelos incentivos fiscais e financeiros, além de sistema adequado para financiamentos para os seus produtos. A consideração do empresário privado é principalmente o lucro. Ele não atua como homo ethicus, ou o homo estheticus, mas como o homem economicus da classificação de Spranger.

Assim, não se exija do empresário privado que se comporte como membro da Sociedade Beneficente São Vicente de Paula.

A indústria privada, que se nutre da imaginação criadora, é mantida pelo estímulo do lucro. E essa perspectiva cria novas dimensões no plano sócio-cultural e, portanto, novos valores.

Estaremos assistindo ao surgimento desses valores, no Nordeste?

Creio que sim, pois os choques entre valores de uma sociedade predominantemente agrária e patriarcal e valores de uma sociedade urbano-industrial são evidentes.

Vejo que há um consenso de que o Nordeste se deve desenvolver e industrializar, mas não identifico um consenso sobre quem seja o motor principal dêsse desenvolvimento — se o Estado, se a iniciativa privada, se ambos em esforços conjugados e campos bem definidos e limitados. Esses limites não

foram ainda estabelecidos. Seria uma tarefa da SUDENE, no seu papel de grande agência de desenvolvimento ou ficaria ao sabor das circunstâncias, à medida que a iniciativa privada respondesse positivamente ou negativamente a certas induções de investimento para determinados campos específicos.

Pelo que tenho observado, a menos que se aumente o apêlo a capitais internacionais, os grandes investimentos na região arriscam de cair nas mãos do Estado. Tome-se o caso recente do salgema em Alagoas e da exploração da silvita e carnalita em Sergipe, fontes dos sais de potássio essenciais à fertilização das terras. Há grupos de capitais internacionais interessados na sua exploração, mas o Governo parece não se ter decidido pela concessão das jazidas.

A solução do impasse definirá alguns dos rumos da futura industrialização do Nordeste.

Não sei se estou certo ao pensar que alguns dos receios de técnicos governamentais face à penetração de capitais privados no Nordeste não provêm de atitudes e valores fundamentalmente culturais. E tomo o termo cultura, aqui, em seu amplo sentido sociológico — o conjunto de hábitos, costumes, padrões de julgamento e comportamento arraigados ao ethos social e transmitido ao indivíduo, através das gerações.

A profunda formação católica do brasileiro, a que se associou o mistificismo africano, parece ter constituído um resíduo de prevenção contra o enriquecimento. E o desejo do lucro, do enriquecimento, forma a base de qualquer sociedade capitalista, que valorize o trabalho e o esforço individuais.

Recordo, aqui, sem querer voltar às teses Weberianas, recente estudo de um grande pensador e estadista italiano, Amintore Fanfani.

A instituição do Estado laico foi evidentemente uma vitória do capitalismo privado contra o antigo Espírito da Igreja Católica, que era do “perdão das dívidas” recentemente modificado, dentro da liturgia, pelas decisões do Concílio Ecumênico. Fanfani acredita que o capitalismo, à base da iniciativa

privada, vem sendo um dos mais poderosos instrumentos contra o Absolutismo. E um exemplo recente é a Espanha, cuja liberalização econômica, dentro da Europa, concebida por um neo-católico, Ullastres, está provocando a iniludível necessidade de uma liberalização política.

A ética social católica, para Fanfani, limitou a expansão do espírito mercantilista do modo a que toda atividade se transforma em atividade moral e toda ação em uma ação religiosa. De forma que o fim íntimo do homem, tanto quando está em oração, como quando trabalha, estuda, comercia, come ou se diverte, é Deus; e qualquer meio apropriado para fazer-lhe estudar, trabalhar, comerciar, comer ou divertir-se tem que ser simultaneamente adequado para fazer-lhe alcançar a visão beatífica.

Para a ética católica, portanto, a riqueza não é o *summum hominis bonum*.

Acredito, porém, que a tecnologia está criando, hoje, novas condicionantes à indústria de modo a distinguir valores, no plano espiritual e material, aproveitando de cada um o talento, a competência e o poder criativo.

Os próprios mercados passam, hoje, no Estado do Bem-Estar Social que se constrói, a ser uma função do planejamento das grandes emprêsas, quando lançam os seus produtos. O próprio indivíduo deixou de ser o regulador das preferências do mercado e novas técnicas de persuasão das massas preferenciais para a comercialização criando novos estímulos e uma categoria nova — a do comprador compulsivo. A economia tem, cada vez mais, ponteiros psicológicos. E isto já está sendo uma realidade no Nordeste urbano e industrial de hoje.

ASCENSO FERREIRA

César Leal

— I —

Alguns elementos estruturais da poesia de Ascenso Ferreira revelam uma consciência artística muito vigorosa, uma identificação realista com a natureza e a vida, pouco tendo de comum com as tendências românticas que mais influenciaram — e influenciam ainda — a expressão poética brasileira da fase moderna. Se êle, como homem, dava ao observador, a impressão de possuir um temperamento boêmio, transitando despreocupado pelas ruas, conversando nos bares e nos cafés com meninos e vagabundos, essa postura não deve ser compreendida senão como um fenômeno da personalidade humana. Nada tem a ver com a personalidade artística de Ascenso Ferreira. A estrutura, a enorme cabeça, seu físico quase agromegálico, possivelmente condicionaram o uso do grande chapéu que, à semelhança dos bigodes de Salvador Dali, funcionava também como um signo de mistério e distinção. Era algo que lhe permitia retirar algum proveito mundano, acentuando uma personalidade já por sua própria natureza distinta. O chapéu o identificava perante conhecidos e despertava a curiosidade de estranhos, quando viam de súbito nas ruas, a certa distância aquele branco *sombrero* boiando como a vela de um barco sobre as vagas agitadas do transitório mar humano.

Tal conduta em relação ao traje ou forma pessoal de apresentação, comumente observada entre compositores, pintores e poetas, não é exclusivamente peculiar aos temperamentos boêmios ou românticos. Resulta de um plano intencional que René Wellek, em sua *Teoria da Literatura*, caracterizou como uma das atitudes que podem ser observadas nos artistas: a objetiva e